

DF - Lixo

SLU faz contrato emergencial com Enterpa

Rodrigo Ledo
de Brasília

O SLU pagará R\$ 6,7 milhões à empresa paulista Enterpa para fazer a coleta e operação de usinas de lixo durante seis meses, enquanto a licitação para serviços de limpeza pública do DF não tem resultados - emperada há dez dias por duas liminares concedidas a concorrentes do certame. O GDF fechará com a Enterpa um contrato emergencial que desagradou empresários locais, pelo suposto favorecimento à companhia paulista.

Há dez dias, na sede do SLU, a audiência pública para recebimento das propostas para os serviços de limpeza acabou em tumulto justamente pela acusação de empresários sobre o direciona-

mento da licitação à Enterpa. Isto porque, além de ter sido contratada sob contestado "caráter emergencial" no ano passado, as condições do edital restringiram a participação de empresas menores.

A publicação, no Diário Oficial do DF de ontem, de novo contrato emergencial com a Enterpa enfureceu empresas locais e seus representantes. "Todo o comportamento processual do SLU revelava esforços para beneficiar a Enterpa. A licitação deveria ter acontecido em condições normais e há mais tempo, mas fizeram tardiamente e de forma confusa, para forçar a condição emergencial", afirmou Luís Carlos Alcoforado, advogado da contratadora brasileira Dinâmica - responsável por uma

das liminares que suspenderam a concorrência.

O deputado federal Paulo Octávio (PFL-DF), que chegou a fazer pronunciamento na Câmara dos Deputados contra a licitação, lembrou que a Enterpa esteve envolvida, com outras companhias, em caso de contratos fraudulentos dos serviços de limpeza em São Paulo. "Esse contrato emergencial deixa a classe empresarial perplexa, até porque a licitação já tinha sido dirigida à Enterpa. Ela está sendo questionada em vários pontos do País", ressaltou o deputado, sem saber explicar o porquê da escolha do GDF pela Enterpa: "Cabe à sociedade pedir explicações".

Com o que tem ocorrido frequentemente, o SLU não se manifes-

tou sobre o assunto, para indicar áreas abrangidas pelo novo contrato e contestar acusações. Hoje, a empresa atua em quatro regiões administrativas do DF, além de operar a Usina de Reciclagem de Ceilândia e o aterro da Estrutural.

O Ministério Público do DF, empenhado desde o ano passado nas investigações sobre procedimentos do SLU, continuará priorizando os questionamentos sobre a concorrência. "Entendo que já está caracterizada a situação emergencial. Vamos analisar as explicações do SLU para os itens do edital que restringiram a competitividade da licitação", disse a promotora de Meio Ambiente e Patrimônio Público Fernanda da Cunha Moraes.